

## A formação da infra-estrutura de Vitória (1892 - 1928)

Núbia Faria

Graduada do Depto. de História  
CEG - UFES

### CAFÉ: FATOR DE DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

No quadro de transformações conjunturais pelas quais passava o Brasil no transcorrer do século XIX, vemos a paulatina substituição da produção da açúcar de cana, que encontrara um concorrente similar no mercado mundial - o açúcar de beterraba, pela produção do café, que em meados do mesmo século encontrava um mercado aberto, alcançando rapidamente a posição de primeiro gênero de comércio primário no mundo, onde o Brasil contribuía com 70% do total <sup>1</sup>.

No Brasil a produção cafeeira encontrou seu ápice na república, quando reinou de forma absoluta nos quadros estatísticos de produção e exportação. No entanto, devemos ressaltar que sua expansão não ocorreu de forma homogênea: em Minas Gerais, Rio de Janeiro e na parte oriental de São Paulo a lavoura do café já estava em decadência no final do Império. Em contrapartida, a sua produção alcançava êxito na região oeste de São Paulo que, outrora deserta, fora tomada pela lavoura cafeeira. Um fator determinante para essa expansão foi a imigração européia, que proporcionou a força de trabalho necessária num momento em que a força de trabalho escrava já não combinava com os interesses dos detentores do capital <sup>2</sup>. O interesse primordial destes, a saber, era a autonomia política e econômica para os seus negócios.

O Espírito Santo, apesar de estar inserido num contexto econômico secundário, foi um dos poucos que desenvolveram a lavoura cafeeira. Desde a metade do século XIX esta lavoura vinha substituindo a do açúcar, tanto em valor quanto em produção, utilizando o trabalho escravo na região do vale do Itapemirim - enquanto vigorou esta força de trabalho no Brasil, e trabalho imigrante nas pequenas propriedades da região central de Vitória.

Durante o Império vigorou o centralismo político e econômico em torno da província do Rio de Janeiro, sede do Império, onde esta atendia a todos os interesses das pessoas ligadas ao açúcar e depois ao café desta região. Com a república, mais precisamente com a Constituição de 1891, o Brasil foi organizado sob a forma de federação: cada estado era autônomo, podendo contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, elaborar constituições próprias, ter corpos militares e códigos eleitorais e judiciários, satisfazendo aos interesses da classe cafeeira do oeste paulista que nesse momento passara a deter o poder econômico no país. Estes visavam à expansão e à dinamização da agricultura cafeeira. Desta forma a ação do estado na primeira república foi o de atender às necessidades desse novo setor da economia <sup>3</sup>.

Foi esta autonomia que permitiu ao Espírito Santo

formular uma política própria, ainda que limitada pela falta de recursos.

Dois fatores permitiram ao Estado do Espírito Santo aumentar a sua receita que em 1896 atingira 5 mil contos, valor muito significativo se levarmos em conta que no final do Império esta não atingia 500 contos. Os dois fatores são: 1) a alta do preço do café no período de 1886-1896 bem como o aumento de sua produção e; 2) a atribuição ao Estado de todo imposto de exportação, pois antes a Província recebia 4% e o governo imperial 7% sobre o café exportado <sup>4</sup>.

No entanto, apesar da liberdade concedida aos Estados pela Constituição de 1891, o Espírito Santo continuaria vinculado economicamente ao Rio de Janeiro, uma vez que sua principal região produtora de café, o vale do Itapemirim, permaneceria presa à praça financeira do Rio de Janeiro <sup>5</sup>.

Economicamente, o Estado dividia-se em três regiões distintas no que se refere às zonas de produção: 1<sup>a</sup>) a região Norte, em torno da cidade de São Mateus, produtora de farinha de mandioca e sem muito destaque na vida capixaba; 2<sup>a</sup>) a região Sul, localizada no vale do Itapemirim, teve sua ocupação estimulada pelo processo de expansão das fronteiras agrícolas carioca e mineira, formando grandes propriedades que foram divididas no final do século XIX e que utilizaram com maior intensidade a mão-de-obra escrava. Esta era a principal região produtora de café, não possuindo infra-estrutura portuária que proporcionasse o trânsito de navios adequados para o transporte de sua produção. Aliás, a inexistência de vias de comunicação que se prestassem ao transporte das mercadorias era um problema a ser enfrentado pelo Estado. Com isso, quase toda a produção da região Sul era levada por cabotagem para a cidade do Rio de Janeiro, permanecendo nesta praça financeira as cifras provenientes dessa exportação. Desta forma, ficava a economia capixaba dependente do capital mercantil-exportador daquela região <sup>6</sup>. Essa situação vai perdurar até 1910 quando da conclusão da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo (E.F.S.E.S.) que ligava a região Sul à capital do Estado.

A construção desta estrada de ferro teve início no primeiro período do governo Moniz Freire (1892-1896) e objetivava direcionar a produção da região Sul para o porto de Vitória, concentrando na capital todos os recursos provenientes da cultura cafeeira. No entanto, essa aproximação ocorre de forma lenta, devido à morosidade na construção da estrada de ferro, bem como aos fortes vínculos econômicos que mantinham os fazendeiros da região Sul ligados à capital fluminense <sup>7</sup>. Somente na década de 1920 que Vitória atrairá a maior parte do café do Sul, para então se tornar praça comercial <sup>8</sup>.

A terceira região que se destaca no solo capixaba é a Central, localizada nos arredores de Vitória, na região serrana.

Teve a sua ocupação e exploração estimuladas à pequena e média propriedade com trabalho livre<sup>9</sup>. Foram esses núcleos coloniais que proporcionaram as condições para que a capital tomasse impulso. Vitória manterá intenso comércio com estes núcleos, através da formação de algumas casas comerciais que começaram a atuar em outras regiões<sup>10</sup>. São esses pequenos produtores que produzirão com maior intensidade no Estado e que se mostrarão resistentes às oscilações dos preços do café, mantendo essa lavoura como a principal atividade econômica<sup>11</sup>.

Para que Vitória concentrasse toda a produção do Estado deveria passar por uma reestruturação, a fim de se aparelhar para tal função. Ora, uma das formas de atrair a produção da região Sul seria o porto de Vitória. No início do século, este apresentava uma grande movimentação de mercadorias, inclusive com o estrangeiro (E.U.A., Europa e Argentina). Entretanto, era necessário que o porto passasse por um remodelamento de suas instalações.

“Para serem iniciadas, com segurança de conclusão, as obras do porto exigiam verba do governo estadual que alegava não dispor. Apesar de existir desde 1892 uma lei estadual que criou tributação especial destinada a auxiliar as obras de melhoramento do porto; até 1908 o produto desta tributação estava sendo aplicado ao resgate de dívidas do Estado. Para iniciar as obras era necessário o restabelecimento deste imposto. Aspirando a melhorar as condições do porto de Vitória, no governo de Jerônimo Monteiro, a verba desse tributo passou a ser aplicada de acordo com a lei. Além disso, recebe apoio financeiro do Estado de Minas Gerais, uma verba de 100 mil francos anuais, que seriam doados durante quatro anos para auxiliar as obras do porto, sendo as mesmas do interesse para os dois Estados”<sup>12</sup>.

As obras do porto foram efetuadas lentamente, começando em 1911, paralisando no período da Primeira Guerra Mundial e só reiniciando em 1924. É importante salientar que as duas estradas de ferro do Estado construíram plataformas de embarque/desembarque de mercadorias no porto<sup>13</sup>, uma vez que transportavam uma boa parte do café e os demais produtos produzidos no Estado<sup>14</sup>. Não obstante, um fator que contribuiu para o sucesso do porto de Vitória foi a deficiência do porto de Itapemirim. Este, no início do século, já se mostrava inadequado para comportar as embarcações de maior porte que transportariam o café. Outro fator, que favoreceu Vitória, foi a inauguração dos trechos da estrada de Ferro Sul e que veio a modificar o sistema de transportes daquela região, possibilitando o fluxo de café para Vitória.<sup>15</sup>

Outro fator que proporcionou o desenvolvimento de Vitória foi a instalação de sua infra-estrutura básica - luz, água e esgoto e que será o tema central deste estudo.

**A PRIMEIRA INICIATIVA SÉRIA PARA A  
EFETIVAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO: O  
GOVERNO MONIZ FREIRE (1891-1896)**

O governo de Moniz Freire (1892-1896) coincide com a alta do preço do café no mercado mundial, sendo este produto responsável por mais da metade da receita do Estado, como em 1893 quando foi responsável por 91% da receita geral (ver Tabela I).

**TABELA I**

Anos	Exportação de Café Saca de 60 Kg	Preço da Saca de 60 Kg	Média por Saca em Libras	% Participação do Café na Receita Geral
1892	277.880	54\$980	2.76	53
1893	362.719	75\$588	3.65	91
1894	386.969	73\$684	3.09	76
1895	405.511	76\$800	3.18	80
1896	421.526	59\$256	2.24	77
1897	612.002	49\$276	1.58	82
1898	556.636	44\$588	1.34	81
1899	406.608	42\$660	1.32	75
1900	394.153	44\$140	1.75	71
1901	428.657	28\$308	1.43	72
1902	643.722	26\$728	1.33	74
1903	657.881	26\$680	1.33	95
1904	607.130	25\$704	1.31	79
1905	588.797	24\$800	1.64	70
1906	589.790	23\$200	1.56	74
1907	747.603	22\$276	1.42	83
1908	708.353	20\$864	1.32	74
1909	416.125	29\$252	1.85	55
1910	407.970	29\$976	2.02	46
1911	433.907	47\$632	3.20	58
1912	568.167	52\$224	3.51	66
1913	597.570	38\$212	2.54	65
1914	629.168	28\$016	1.71	62
1915	968.195	29\$404	1.53	75
1916	712.966	37\$380	1.85	75
1917	722.258	32\$816	1.74	63
1918	657.372	37\$108	1.99	60

FONTE: Exportação de café. MONTEIRO, Bernardino. Mensagem de 1919, p.34 Preço do café em contos de réis. Jornal do Comércio, RJ, 1920, p. 18.

Média por libra. Deflator, NODY. A Inflação Brasileira, p. 22 e 23.

Os preços do café são do tipo 7, exportado pelo E. Santo. Retirado de SIQUEIRA, Penha. O desenvolvimento do Porto de Vitória. FCAA/UFES. Vitória, p. 62

Na verdade, esse fator será característico em todo o período da República Velha, pois os lavradores se dedicarão quase que exclusivamente à cultura do café, abandonando o plantio das demais, tornando o Estado dependente economicamente da cultura cafeeira.<sup>16</sup>

Em todo o período governamental em questão a receita orçada para o Estado foi sempre ultrapassada pela receita arrecadada (Ver Tabela II).

**TABELA II**

**RELATÓRIO DO DIRETOR DO TESOUREIRO SOBRE AS FINANÇAS DO ESTADO**

Ano	Receita Orçada	Receita Arrecadada	Diferença
1892	—	3.181:458\$896	—
1893	2.434:300\$000	3.186:138\$353	+ 751:838\$353
1894	2.951:200\$000	4.489:042\$647	+ 1.537:842\$647
1895	3.311:000\$000	4.669:417\$168	+ 1.358:417\$168

FONTE: Receita do Estado. FREIRE, Moniz. Relatório de 1896, p. 148.

A partir de uma situação financeira favorável e com a produção cafeeira em ascensão, Moniz Freire procurou solucionar as suas duas principais preocupações: o povoamento do Espírito Santo e a viação férrea;<sup>17</sup> é também a partir do seu governo que percebemos a preocupação com a higienização da capital.

No que diz respeito ao povoamento, a preocupação do governante era povoar um território com grandes vazios populacionais e proporcionar mão-de-obra para a lavoura, uma vez que havia carência de trabalhadores nas fazendas, no comércio, transportes, obras públicas e privadas. Por isso vai incentivar a imigração estrangeira, principalmente a italiana.

Quanto à viação férrea, inicia a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, cujo objetivo era fazer chegar a Vitória toda a produção cafeeira da região Sul que, como já foi escrito acima, era escoada pelo Rio de Janeiro. Fazendo uma análise da mesma questão, mas num período anterior - extinção do tráfico negreiro - Nara Saletto assim se posiciona:

“... a economia cafeeira subordinada à praça carioca, a concentração e acumulação de capital foram limitados, a urbanização restrita, a divisão do trabalho pouco avançou, foi fraco o desenvolvimento das forças produtivas.”<sup>18</sup>

Seria mister concentrar em Vitória a exportação de nossa produção para que todo o rendimento proveniente do café e de outro produto fosse investido no Espírito Santo.

Outro objetivo foi o de proporcionar ao Estado vias de comunicações, ligando as colônias à capital, facilitando para aquelas o escoamento de sua produção para a zona de comércio.

Uma boa parte da receita do Estado era destinada ao Fundo Especial cuja verba era empregada na construção da Ferro-Sul. Além disso, até fins de 1894 dispunha o Estado de 3 mil contos de réis para serem empregados nesta obra.<sup>19</sup> Foi também neste período que o governo realizou o primeiro empréstimo externo, no valor de 17.5000.00 francos franceses. Este empréstimo foi realizado em 05 de outubro de 1894, a juros de 5% com amortização anual de 1%, durante 33 anos, começando a pagar em 1896 e devendo terminar em 1929.<sup>20</sup>

Por fim, a capital passou a ser concebida como pólo centralizador das finanças do Estado. Para tanto, Moniz Freire iniciou a construção de um novo arrabalde para Vitória, projeto que ficou a cargo de Eng<sup>o</sup> Saturnino de Brito, que projetou uma área cinco vezes maior que a capital,<sup>21</sup> numa região distante do centro urbano de então (hoje o novo arrabalde seria Fradinhos, Maruípe, Bomba, Barro Vermelho, Praia Comprida e do Suá), mas provida com uma estrada que facilitaria o transporte dos trabalhadores, aqueles que seriam beneficiados com a construção desse novo arrabalde, uma vez que a capital já não comportava o crescimento de sua população.<sup>22</sup> Ainda com o objetivo de transformar a capital num centro financeiro, tomou-se a providência de dotá-la de infra-estruturas sanitária. A evolução do estabelecimento da infra-estrutura na capital é o objeto deste estudo e, portanto, foco de nossa atenção.

A cidade de Vitória era desprovida de qualquer tipo de serviço básico - água, esgotos e luz -; além disso, no que diz respeito à arquitetura, o único edifício público construído antes de 1892 fora a Hospedaria dos Imigrantes.<sup>23</sup> Moniz Freire assim se refere a Vitória:

“... a começar pela capital, que foi sempre a principal cidade do Estado, nada achamos digno de menção. Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem esgotos, sem arquitetura, seguindo os caprichos do terreno, apertada entre a baía e um grupo de montanhas, não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas, mal abastecida de água, com um serviço de iluminação a gás duplamente arruinado, pelo estado material e pela situação de sua empresa, carecedora de um fornecimento regular de carnes verdes, sem edifícios notáveis, repartições e serviços públicos mal acomodados à falta de prédios, sem teatro, sem passeio público, sem hospitais, sem um serviço de limpeza organizado, sem um matadouro decente, desprovida de toda defeza sanitária, necessitando construir novos cemitérios, devido à irrevogável condenação dos atuais...”<sup>24</sup>

Dentro deste contexto, para Vitória se transformar numa cidade comercial e, portanto atrair a produção cafeeira da zonal Sul e seus agentes, tornava-se primordial dotá-la de conforto dando-lhe todos os recursos para que se transformasse numa

cidade aprazível. Desta forma, Vitória é beneficiada com a instalação dos serviços de água, esgotos e luz, o mínimo necessário para o desenvolvimento de um zona urbana.

Com relação aos problemas referentes a água e esgoto na capital, há muito que as administrações tentavam saná-los. Em 1888 a Assembléia provincial elaborou uma lei em que garantia juros e favores à empresa que aumentasse o suprimento de água potável, gastando um capital máximo de 1.000:000\$000. Em 1890 o governo celebra contrato para esse serviço, mais o de esgotos, construções prediais, aterro do campinho (hoje Parque Moscoso) e uma linha de ferro-carril. Em troca o Estado garantia uma subvenção fixa de 45:000\$000, direito à arrecadação de taxas e concessão de terrenos.<sup>25</sup> Este contrato passou a ser de propriedade da Companhia Brasileira Torrens, que logo em 1894 percebeu ser ele impraticável, uma vez que os cálculos feitos em 1892, época que havia pedido prorrogação de prazo, já estavam superados em 1894: o material estrangeiro já custava três vezes mais, os salários e materiais nacionais custavam três a quatro vezes mais, as obras de abastecimento orçados na terça parte.<sup>26</sup> Com este novo contrato a Companhia Brasileira Torrens poderia realizar, além dos serviços de água e esgotos, a construção de prédios, agenciando trabalhadores em outros Estados.<sup>27</sup>

No entanto, por dificuldades financeiras a empresa contrai dois empréstimos junto ao Banco da República do Brasil, nos valores de: 1.500 contos para os serviços de água e 1.000 contos para os serviços de esgotos, dando ao Banco como garantia seus imóveis mais o aval do Estado.<sup>28</sup> Mesmo assim a Companhia começa a falhar nos seus compromissos, além de mostrar interesse em gastar o dinheiro do empréstimo em outros fins. Não conseguindo seu intento, suspende os serviços que havia iniciado. Apesar desses contratemplos, o Estado não abre nova concorrência e prorroga até fins de 1896 o contrato de 1894. Porém a Companhia estava sujeita, neste momento, à multa mensal de 5 contos de réis.<sup>29</sup>

É importante salientar que tanto o Estado quanto a Companhia Torrens já estavam recebendo críticas por parte da sociedade devido a essas prorrogações de contrato e concessões cedidas àquela empresa pelo Estado, uma vez que nada estava sendo realizado pela mesma e o Estado nada ganhando com isso.<sup>30</sup> Além disso muitos consideravam que os problemas referentes aos serviços de água eram de fácil solução. Para essas pessoas um dos fatores que causavam problemas aos serviços de água eram os serviços de esgotos. Para estes seria conveniente resolver os do primeiro. No entanto, a “rede de esgoto” despejava água insalubre na rua, o que poderia causar infecções e epidemias. E enquanto isso, os fiscais se mostravam mais interessados em cobrar impostos do que cuidar destas questões.<sup>31</sup>

Com relação aos serviços de luz até 1847 as ruas de Vitória não eram dotadas com iluminação pública. Nesta época apenas o Palácio do Governo, a Cadeia pública e o quartel possuíam esses serviços. Com o objetivo de resolver essa situação, a Assembléia firma contrato com Manoel Teixeira Maia para iluminar a cidade em primeiro de fevereiro de 1847. Foram instalados quarenta lampiões em praças e ruas, pagando-se aos acendedores a importância de 4\$550 por mês, pela mudança do combustível (azeite de mamona e peixe).<sup>32</sup> Por meio da lei nº 30 de quatorze de dezembro de 1864 esses lampiões foram substituídos pelos de querosene.

Um novo contrato, realizado com Andrião Nunes Pereira, permitiu a instalação de cem novos lampiões. A iluminação a gás efetuou-se em dezesseis de novembro de 1878, por meio do contrato com Domingos da Costa Madeira, época em que foi inaugurado o gasômetro na rua Cristóvão Colombo.

Esta iluminação custava aos domicílios 0,20 réis a hora, a bico de sete velas. Esse benefício foi estendido às ruas da capital no ano seguinte.<sup>33</sup> Entretanto, dez anos depois, em 1888, a fábrica, devido a defeitos, já não conseguia produzir quase nenhuma luz, acarretando para a iluminação pública uma intensidade menor que a da vela e, para os particulares, o abandono desse sistema pelo de lâmpadas belgas.<sup>34</sup>

Podemos ilustrar esse fato com as notícias de jornais dizendo que durante todo mês de agosto de 1892 a cidade de Vitória ficara sem luz, devido a falta de carvão nos depósitos da fábrica. Apesar de chegarem alguns carregamentos desse produto na cidade, não eram suficientes, pois gastavam-se por noite duas toneladas desse material.<sup>35</sup>

Quando Moniz Freire assumiu o governo encontrou a cidade ainda iluminada com azeite de mamona. Ele convida a empresa a renovar contrato, mas devendo esta reaparelhar toda a instalação primitiva, além de fornecer, durante este período de reforma, a iluminação por lâmpadas belgas (150 lampies) a querosene, a 30 contos anuais. Este contrato foi celebrado a onze de fevereiro de 1893, sendo prorrogado até trinta e um de dezembro de 1894. A três de janeiro de 1895 foi declarado caduco.<sup>36</sup>

A vinte de junho de 1895 o governo celebra contrato com o Barão de Sampaio Viana, Eng<sup>o</sup> Paulo Pessoa e C. S. Coakes, estipulando pagamento em ouro e fixando um número mínimo de quatrocentos combustores para iluminação pública que se estenderia do cemitério novo de Santo Antônio até o extremo da estrada que liga a capital com a região do novo arrabalde.<sup>37</sup> Essa iluminação a gás combustível não funcionava regularmente, sendo suprimida por motivos de economia em noites de luar. Os custos, mais a dificuldade em importar carvão e a própria manutenção da fábrica de gás, acarretavam a



interrupção nos serviços e manifestações da população insatisfeita.<sup>38</sup>

O governo não decreta a caducidade desse contrato, pois sabia que estava sendo organizada em Bruxelas uma empresa que se propunha a executá-lo, prorrogando assim até meados de 1897 o prazo para a inauguração do serviço que deveria estar completamente instalado até dezembro de 1896.<sup>39</sup>

Vitória teria que esperar mais alguns anos para ser servida de luz elétrica. Em 1896, quando da inauguração do Teatro Melpômene, este apresentava uma novidade: iluminação elétrica própria alimentada por um pequeno gerador.<sup>40</sup>

Moniz Freire inicia desta forma a transformação de Vitória, que de cidade colonial passa a mostrar ares mais modernos. Para tanto, ele foi beneficiado com um Estado que passava a ocupar o nono lugar em rendas na União,<sup>41</sup> enquanto que em 1889 ocupara o décimo quinto lugar.<sup>42</sup>

#### **A ECONOMIA CAFEIEIRA EM CRISE: O SANEAMENTO BÁSICO FICA SEM TUTOR**

Os dois governos que sucedem imediatamente a Moniz Freire - Graciano Neves (1896-1900) e Moniz Freire novamente (1900-1904), - vão se defrontar com dois problemas relacionados ao café e que abalarão as finanças do Estado.

Se nos reportarmos à tabela I veremos que a produção e exportação cafeeira dobraram: a produção cafeeira de 1903 atingira 657.881 (sacas de 60 Kg), enquanto em 1892 a produção atingira 277.880. No entanto, seu preço cai vertiginosamente: em 1903 a saca de 60 Kg estava custando 26\$680, enquanto em 1892 o menor preço fora de 54\$980, chegando a 76\$800 em 1895 por saca.

O outro problema relacionado ao café fora a seca que assolara o Espírito Santo entre 1898 e 1900. A mesma tabela I nos mostra que a produção de café em 1898 foi de 556.636 e em 1900 a produção, totalmente afetada pela seca, foi de 394.11533 e ainda com preço de 44\$140. Com o fim da seca a safra do café mostrou sinais de recuperação. A safra de 1901-1902 alcançou 695.001 sacas com 41.494.475 Kg.<sup>43</sup>

Todos esses problemas resultaram num decréscimo da receita do Estado (ver tabela III), expressando a dependência de uma economia baseada em um único produto, pois os demais gêneros não contribuíam nem com 50 contos.<sup>44</sup>

### TABELA III

#### QUADRO DE RECEITAS E DESPESAS NOS EXERCÍCIOS DE 1892 A 1904

Exercício	Receita	Despesa	Deficits
1892	3.181:458\$896	4.899:966\$000	1.718:507\$104
1893	3.186:138\$353	4.867:586\$671	1.681:448\$318
1894	4.489:042\$647	4.519:955\$462	30:912\$815
1895	4.669:417\$168	4.825:459\$858	156:042\$690
1896	3.875:021\$491	5.437:541\$212	1.562:519\$721
1897	4.170:324\$733	4.965:393\$765	795:069\$032
1898	3.660:755\$600	5.177:657\$167	1.516:901\$567
1899	3.130:592\$286	4.787:101\$022	1.656:508\$736
1900	2.726:282\$909	2.926:282\$809	1.999:999\$900
1901	2.469:312\$128	3.094:312\$128	625:000\$000
1902	2.726:282\$909	2.801:585\$252	75:302\$343
1903	2.214:985\$541	3.083:061\$882	868:076\$344
1904	2.365:464\$414	3.192:572\$915	827:107\$631

Fonte: extraído da Mensagem de Bernardino S. Monteiro, em 20 de novembro de 1916, p.16.

A saída encontrada pelos dois governantes foi tentar equilibrar a situação financeira por meio da diminuição das despesas.

Graciano Neves inaugura, o que eu demonino de “política de administração das Dívidas” e, praticamente, paralisa todas as obras públicas iniciadas por Moniz Freire. Dentro deste contexto extingue a Comissão de Melhoramentos de Vitória, que tinha a função de projetar e excutar o novo arrabalde, e depois levantar a planta cadastral de Vitória com a indicação do plano geral de melhoramentos da capital, e diminui o ritmo das obras de construção da estrada que ligava o novo arrabalde à capital. Graciano Neves afirmava que Vitória se elevaria a cidade de grande porte pelas suas próprias condições naturais, ou seja, o porto e o comércio que adivinha dele. Para ele é o comércio que faz a cidade e não o contrário.<sup>45</sup> Isso deixa subentendido que nada de novo seria realizado em vitória.

Em vinte e dois de janeiro de 1897 Graciano Neves declarou caduco o contrato da Companhia Brasileira Torrens. Esta propôs ao governo a transferência de todos os seus bens e obras localizados no Estado pela quantia de: 500:000\$000 mais o perdão pelas multas e responsabilidades do contrato; Graciano Neves achou por direito perdoar as multas e responsabilidades contraídas pela Companhia, bem como aceitou a proposta de aquisição para o Estado do Reservatório de Santa Clara, a represa do Formath (obras incompletas realizadas pela Companhia) e os estudos sobre abastecimento d’água feitas até então pela importância de 160:000\$000. Antes de toda a transação a Companhia deveria reconhecer que perdeu todo o direito, por efeito judicial, da área aterrada do Campinho e

terrenos que lhes foram concedidos anteriormente.<sup>46</sup> Após esse fato, a diretoria de Obras Públicas abre concorrência para iluminação pública e particular, bem como abastecimento d'água e esgotos até 31 de dezembro de 1898, pois o governo acreditava que teria recursos para prosseguir as obras em 1899.<sup>47</sup>

De concreto, nada foi realizado em termos de saneamento básico na capital. Praticamente a única despesa que Graciano Neves teve em seu governo foi com a viação geral, pois para ele as vias de comunicação entre as colônias é que proporcionariam o desenvolvimento econômico do Estado e que beneficiariam, por conseguinte, a capital.<sup>48</sup>

Já Moniz Freire receberá todas as críticas pela situação em que o Estado se encontrava. Era acusado de ser o agente causador da miséria econômica do Estado, pois fora em seu primeiro governo que o Estado contraía dívidas para poder dar início às obras de urbanização de Vitória, bem como a construção da Ferro-Sul. Sua defesa era afirmar que a crise se originava no excesso de oferta de café no mercado em contraposição ao volume dos estoques estrangeiros.<sup>49</sup>

Moniz Freire também não efetuará nenhuma obra pública em Vitória.

Prosseguiu apenas na construção da Ferro-Sul, agora com recursos provenientes do seu próprio tráfego.<sup>50</sup>

### **GOVERNO JERÔNIMO MONTEIRO, PÁS E PICARETAS NAS RUAS: A CIDADE É TOMADA PELO SURTO DE DESENVOLVIMENTO**

A crise no mercado mundial de café também afetará os governos do Coronel Henrique S. Coutinho (1904-1908) e Jerônimo S. Monteiro (1908-1912). Se voltarmos a consultar a tabela I, veremos que seu preço continua caindo, alcançando, em 1908, o menor índice em todo o período de crise, quando obtivemos 20\$864 para saca do produto, gerando o abandono da safra em muitas localidades e proporcionando uma crise comercial e agrícola.<sup>51</sup>

Coutinho trabalhou no sentido de beneficiar a lavoura<sup>52</sup> e, desta forma, procura restabelecer a imigração européia - que havia cessado no final do primeiro governo Moniz Freire - objetivando aumentar a mão-de-obra na lavoura e também aumentar a receita do Estado<sup>53</sup>, pois, segundo Coutinho, a miséria do Estado decorria da paralisação da corrente imigratória, que deixavam ociosas as terras mais férteis do Estado.<sup>54</sup>

Percebendo os problemas causados por uma economia dependente de um único produto, Coutinho fez planos para incentivar a diversificação agrícola, pensando em outros gêneros como a maniçoba e a seringueira. Entretanto, por mais que se

tentasse diversificar a pauta de exportação, o café figurava sempre como principal produto a contribuir com a receita geral do Estado.

A política econômica do governo Coutinho foi a contenção de despesas, e, dentro deste contexto, deu prosseguimento às obras de infra-estrutura.

“A nossa cidade é insalubérrima, pois não possuímos água tratada, esgotos, serviço de limpeza e contudo passamos temporadas sem epidemias”.<sup>55</sup>

Por meio deste pensamento do Presidente Coutinho, vemos que Vitória ainda vivia nos mesmos moldes do século passado. Toda tentativa para melhorar a sua infra-estrutura praticamente nada resolvera.

Era contratante dos serviços de água, luz, e esgotos da capital o Sr. Augusto José da Cruz, a quem foi concedido por mais dez meses a prorrogação do contrato (segundo cláusula contratual), mediante o recolhimento de 500\$ a favor dos cofres públicos.<sup>56</sup>

No que diz respeito ao abastecimento d'água nada foi realizado. Em vinte e oito de agosto de 1907, terminou a prorrogação do contrato, sendo este declarado caduco. Além disso, o material destinado às obras nem sequer chegou a ser desembarcado no porto. Com a caducidade do contrato, Coutinho pede ao Legislativo para fazer as obras com recursos do Estado, uma vez que tinha a combinação com a Cia. des Conduits d'eau de Liège, ou por contrato, como escreveu ao seu sucessor, para que procurasse o melhor signatário da proposta.<sup>57</sup>

Objetivando melhorar a situação econômica do Estado, Coutinho, em 1907, aliena a Estrada de Ferro-Sul por 3.000 contos de réis, com a condição dela ser concluída em breve prazo. O Estado também rescinde o contrato com a Cia. Caravellas, resultando na cessão da Estrada de Ferro Cachoeiro de Itapemirim à Cia. Leopoldina, pagando ao Estado a importância de 30.000\$000 no ato do contrato e, ainda, indenizaria o estado com a importância de 1.500 contos de réis, em prestações baseadas sobre a renda bruta da referida estrada.<sup>58</sup> Além disso, contrai novo empréstimo externo com objetivo de resgatar o empréstimo de 1894, Entretanto, isto causará problemas para o futuro, uma vez que não resgatará aquela dívida.

Serão essas duas primeiras operações financeiras que proporcionarão a realização de todos os empreendimentos efetuados por Jerônimo Monteiro.

Este governante, na tentativa de melhorar a situação dos lavradores, coloca em prática a política de auxílio agrícola. Desta forma funda fazendas modelos, tendo se destacado a Sapucaia que foi dotada de tecnologia agrícola permitindo o aumento da produção de diversos produtos. Essa tecnologia era

ensinada a todos que desejassem aprendê-la e instalá-la em suas propriedades. Elaborou um programa de incentivos aos produtores rurais, dando prêmios àqueles que se destacassem. Abriu novas estradas de rodagem facilitando o transporte da produção dos lavradores, bem como diminuindo os preços dos fretes e impostos.<sup>59</sup> Essas medidas visavam a manter o lavrador produzindo e com isso evitar maiores desequilíbrios na receita estadual.<sup>60</sup>

O Estado sofria as desventuras causadas pela crise do café e o peso da dívida externa: a de 1894 que não fora resgatada pela dívida contraída em 1908, ou seja, agora o Estado devia dois empréstimos externos, além da dívida interna. A solução encontrada pelos dirigentes do Estado foi a diversificação da economia. Jerônimo Monteiro afirmava que as culturas do algodão, cacau, linho, linhaça, açúcar, aguardente, álcool e cereais possuíam ótima colocação no estado e que dariam lucro aos produtores e ao Estado. No entanto, a produção desses gêneros não apareciam nas estatísticas de produção.<sup>61</sup>

Outro setor que passou a ser incentivado foi a indústria que estava dando seus primeiros passos, restringindo-se às cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória.<sup>62</sup>

Apesar da situação financeira ser deficitária (ver tabela IV), Jerônimo Monteiro percebe ser urgente a execução dos serviços de saneamento da cidade.

TABELA IV

Exercício	Receita	Despesa	Deficits
1905	2.471:986\$185	2.289:193\$597	117:207\$412
1906	2.442:779\$407	2.778:113\$831	335:334\$424
1907	2.444:862\$272	3.908:433\$216	1.463:570\$944
1908	2.403:056\$401	4.524:112\$536	2.121:056\$135
1909	2.663:900\$602	3.783:534\$903	1.119:634\$301
1910	3.162:841\$914	4.968:433\$325	1.805:591\$411
1911	4.752:158\$612	8.408:779\$213	3.652:620\$601
1912	4.105:634\$359	6.039:302\$707	1.933:668\$348

Fonte: extraído da Mensagem de Bernardino S. Monteiro, em 12 de novembro de 1916, p.16.

Jerônimo Monteiro via a cidade da seguinte forma:

“As ruas mal traçadas do terreno, desprovidas de serviços de limpeza urbana, água e esgotos. A iluminação pública à base de gás e até mesmo de querosene. O abastecimento d’água à população fazia-se através de quatro chafarizes, onde as famílias enviavam seus criados com vasilhames para transporte dos líquidos às residências. Quando havia estiagem era comum faltar água nas torneiras, o que tornava a população de Vitória dependente de canoieiros que traziam a água do continente a preço de Rs.2\$500 o recipiente de quatorze litros. O asseio da população era feito por particulares,

que mandavam conduzir nas horas mortas da noite, por seus empregados, em barris, o lixo e as matérias fecais das suas casas para atirarem às marés”.<sup>63</sup>

Será o impulso remodelador aplicado por Monteiro que mudará radicalmente o aspecto da cidade de Vitória, tornando-a como diz o Elton: “Cidade habitável e em pé de igualdade com as melhores capitais do Brasil”.<sup>64</sup>

As águas que abasteciam Vitória provinham de dois mananciais localizados na própria Ilha e que eram canalizadas até dois antigos e pequenos reservatórios (chafarizes) construídos nos extremos da cidade: um localizado na cidade alta e outro no Campinho, e dos quais derivavam outros menores.<sup>65</sup>

As residências e até mesmo o palácio, assim como repartições públicas e escolas não eram abastecidas por água canalizada, uma vez que os mananciais mal supriam as necessidades da população em época de chuva, sendo, em época de seca, o governo obrigado a abrir poços para atender às reclamações da população. Provisoriamente, captou alguns mananciais que havia desapropriado nas encostas do Morro da Lapa (próximo a rua Thiers Veloso) e outro no Morro de São Francisco (próximo a Igreja do Carmo), canalizando as águas para um pequeno reservatório, com capacidade para trinta mil litros em vinte e quatro horas para abastecimento daqueles estabelecimentos públicos, gastando com esses serviços 5:763\$600. Esses serviços, que foram inaugurados em agosto de 1908, já não mais tinham razão de ser em janeiro de 1909, pois nesta época os mananciais captados já haviam desaparecidos. Jerônimo Monteiro tentando melhorar a situação nas residências, contratou o fornecimento d’água em carroças apropriadas, pagando a subvenção mensal de 400\$000 ao contratante Antenor Guimarães, que se obrigou a fornecer água a domicílio pelo preço de \$50 réis o barril de 16 litros, ao invés de \$200, 300\$, 1.000\$ e 2.000\$ réis que cobravam os carregadores da cidade em época de seca.<sup>66</sup>

Provavelmente, uma vez que a documentação não é explícita, após a caducidade do contrato com o Sr. Augusto José da Cruz em 1907, o primeiro contrato a ser realizado fora em treze de novembro de 1908, com Sr. Augusto Ramos. Nesse ínterim, Jerônimo Monteiro deve ter realizado as obras com recursos do Estado e segundo ele todas com carácter provisório, seguindo os conselhos do seu antecessor. O Sr. Augusto Ramos também era responsável pelos serviços de luz e esgotos. Os trabalhos tomam novo impulso quando chegam da Europa os materiais para a construção da linha adutora, represa e reservatório.<sup>67</sup>

O eng<sup>o</sup> Ceciliano Abel de Almeida ficou responsável pela verificação dos melhores mananciais para a captação

d'água. Tendo começado pelo rio Formath (Viana), concluiu que este não atendia ao principal requisito que um rio deve possuir para abastecer uma cidade: Ser perene.<sup>68</sup> Passou então a estudar outros mananciais do Braço do Sul do Jucu, em Santa Isabel, o Borba, em Viana, Duas Bocas, em Cariacica, Santa Maria, em Santa Leopoldina.

Após estudos, concluiu-se que o rio Duas Bocas, que já abastecia Cariacica, seria aproveitado devido a quatro fatores: 1 - qualidade da água, 2 - facilidade em transportar os materiais de construção pela Estrada de Ferro Vitória a Diamantina, 3 - pequeno número de propriedades a serem desapropriadas e 4 - a perenidade, já centenária, comprovada pelos mais antigos moradores do local.<sup>69</sup>

Pelo contrato de treze de novembro de 1908, ratificado pela lei nº 554, de vinte e três de novembro de 1908, o abastecimento da cidade seria feito pelo manancial do rio Jucu, construindo a linha adutora até o reservatório de Santa Clara, fornecendo à cidade 2.400.000 litros de água em vinte e quatro horas. Com a escolha do rio Duas Bocas para captação d'água, realizou-se em seis de agosto de 1909 o aditamento do contrato de 1908, pelo qual o contratante Augusto Ramos forneceria 3.600.000 litros, bem como o prazo para terminar as obras foi diminuído. Esses serviços foram inaugurados em vinte e cinco de setembro de 1909 abastecendo instalações particulares.<sup>70</sup>

Em virtude do aditamento de 1909 ficou obrigado o contratante também a captar as águas do rio Pau Amarelo (também em Cariacica), localizado a 3,5 Km da primeira represa, aumentando para mais ou menos 4.000.000 litros d'água, em vinte e quatro horas, o volume d'água do reservatório,<sup>71</sup> prolongando o tubo adutor<sup>72</sup> desde o rio Duas Bocas até o rio Pau Amarelo, a montante<sup>73</sup> do córrego Andorinhas.<sup>74</sup>

Toda a linha adutora compreendia quatro seções: a primeira que ia da represa inicial até o rio Duas Bocas, a segunda que ia até Guayamuns, à margem do canal que separa a Ilha do continente, a terceira que atravessava o canal, e a quarta que ia até o reservatório.<sup>75</sup>

Antonio Francisco de Athayde (diretor de Agricultura, Terras e Obras) afirma que, ainda deveriam construir no novo ponto de captação uma represa que encaminhasse para o tubo adutor as águas do mesmo rio Pau Amarelo e construir, no mesmo lugar, um filtro mais ou menos com 120m<sup>2</sup> quadrado, destinado a classificar toda a água que deveria ser conduzida pelo tubo adutor, deveriam desviar para o vale do rio Pau Amarelo um riacho que fica próximo a sua cabeceira e que se encaminha para o vale do rio do Jucu, deveriam também construir um ramal adutor que partiria do rio Guayamun até o porto de Argolas, deveriam fazer dois reservatórios: um em

Argolas, com capacidade para 24.000 litros e outro em Vila Velha, com capacidade para 150.000 litros. Todo o projeto fora organizado pelo eng<sup>o</sup> Martins Romeu.<sup>76</sup>

Com o intuito de garantir a salubridade das represas até alcançar os terrenos devolutos, próximos a esses mananciais. Essa desapropriação foi amigável e com pouco dispêndio de dinheiro.<sup>77</sup>

Até o final do governo Jerônimo Monteiro, 1.279 casas foram beneficiadas com abastecimento de água.<sup>78</sup>

Com relação aos serviços de esgotos, em 1908 o governo constata uma série de dificuldades para dar início às obras: topografia acidentada da cidade, falta de nivelamento em quase todas as ruas, uma rocha imensa que foi preciso quebrar à dinamite. Somente em vinte e um de fevereiro de 1911 pôde esse serviço ser entregue ao público.<sup>79</sup>

Toda a rede geral e de derivação fora construída com manilhas holandesas. A descarga era feita fora do perímetro urbano da cidade, num ponto da baía em frente ao forte São João na maior profundidade possível, conforme orientação médica. Foram construídos dois poços de cimento armado, contendo bombas para a elevação das matérias ao necessário para o despejo.<sup>80</sup> Cada bomba funcionava pela ação de dois motores trifásicos de trinta cavalos de força e dois mil volts funcionando automaticamente pelo contato elétrico de um flutuador até o esgotamento dos tanques. Com essa força eram lançados os dejetos pelo tubo ao ponto terminal da rede, no Forte São João. Nessa época existiam poucas instalações de esgotos nos domicílios, permanecendo muitos a despejarem o material fecal nos poços dos quintais.<sup>81</sup>

Como medida de prevenção aos desarranjos nos motores dos poços foram colocados nos esgotos um sifão<sup>82</sup> para fazer a descarga diretamente ao mar.

Nos pontos terminais de todas as ramificações e em outros pontos do coletor geral foram apresentados os tanques para limpeza dos encanamentos ("tanques flexíveis"), aparelhos aperfeiçoados pelo Eng<sup>o</sup> Saturnino de Brito. Esses tanques operavam automaticamente descargas consecutivas de 500 a 1.000 litros de água, suficientes para a completa lavagem da rede.<sup>83</sup>

No final do governo Jerônimo Monteiro já existiam 1.217 casas providas com o sistema de esgotos.<sup>84</sup>

Com relação à energia elétrica, por força do contrato de treze de novembro de 1908, o Dr. Augusto Ramos ficou obrigado a fazer a iluminação elétrica de Vitória, devendo executar todos os trabalhos de captação d'água por força hidro-elétrica, instalação da usina geradora, transporte da energia elétrica até a cidade, usina central de distribuição da eletricidade e rede distribuidora da luz.<sup>85</sup>



A usina hidroelétrica seria montada nas águas do rio Braço do Sul do Jucu, aproveitando as quedas próximas ao Km 35 da Estrada de Ferro Leopoldina, tendo quatrocentos cavalos de força - segundo exames, as águas para energia elétrica ofereciam força para mais de mil cavalos.<sup>86</sup> Todos os trabalhos executados pelo contratante objetivavam fornecer iluminação a todas as ruas, praças e edifícios públicos, bem como a iluminação particular.<sup>87</sup>

O aditamento do contrato de 1908, ocorrido em dezesseis de agosto de 1909 (já descrito ao relatar sobre abastecimento d'água), vai modificar também as perspectivas de trabalho descritas acima. Ficou obrigado o contratante, a fornecer oitocentos cavalos de força elétrica, a empregar na iluminação pública lâmpadas de 50 velas e focos de 800 velas em lugar de lâmpadas de 32 velas e focos de 500, a fornecer em duplicata a turbina e as usinas geradoras e transformadores, garantindo a segurança das respectivas instalações.<sup>88</sup>

Jerônimo Monteiro concede ao contratante, sem prejuízo da energia total de oitocentos cavalos de força, o privilégio de utilizar por trinta e cinco anos duzentos cavalos, que correspondem a cento e trinta Kw.<sup>89</sup> o historiador Gabriel Bittencourt<sup>90</sup> afirma que, a partir da concessão desses duzentos HP ao contratante, a capacidade da usina seria elevada a mil HP. No entanto, somente no período em que os serviços de luz estiveram sob a responsabilidade do Banco Hipotecário (1911-1919) é que se pensará elevar a capacidade da usina para mil e duzentos HP<sup>91</sup>, o que torna a análise do historiador citado equivocada.

Com a conclusão dos trabalhos da rede de iluminação pública, esta foi inaugurada em vinte e cinco de setembro de 1909. Todo o custo do consumo de eletricidade e da água foi regulamentado pelo Decreto nº 451 e aprovado pela lei nº 622 de dezoito de dezembro de 1909.<sup>92</sup>

Em 1910, o número de casas que possuíam energia elétrica era muito limitado. Apesar do projeto de iluminação não abranger a região da Vila Rubim, o governo instala focos elétricos satisfazendo esse centro populacional composto por operários. Era objetivo, também do governo canalizar a água e levar os fios elétricos até a Praia do Suá, arrabalde dos Argolas e a Pedra d'gua hoje, Penitenciária.<sup>93</sup>

Antonio Francisco de Athayde afirmava que a iluminação pública e particular havia melhorado com o aumento dos transformadores sem alterações das instalações existentes. Neste período o número de instalações elétricas chegara a 310.<sup>94</sup>

Os serviços de água, luz e esgotos foram arrendados ao Banco Hipotecário e Agrícola do Estado do Espírito Santo. Por força do contrato de maio de 1911 e da lei nº 721, do mesmo mês, pelo prazo de cinquenta anos, a preço de 10.000.000

francos adiantados.<sup>95</sup>

Essa evolução nos serviços de infra-estrutura permitiu a instalação de novas indústrias, de bondes elétricos e de novas formas de vida, enfim. E como bem coloca Penha Siqueira, preparou a cidade para a urbanização moderna que ocorrerá sob o governo de Florentino Avidos.<sup>96</sup>

---

## Notas

1 - Cf. PRADO, Caio Jr. História Econômica do Brasil - 36. ed. São Paulo, Brasiliense, 1988, p.226.

2 - Ibid., p. 226.

3 - Cf. SOUZA, M<sup>a</sup> do Carmo Campello de . "O Processo Político Partidário na Primeira República". In: Brasil em Perspectiva. Org. MOTA, Carlos Guilherme. So Paulo, Difel, 1973, p. 162-164.

4 - SALETTO, Nara. Considerações Sobre a Transição do Trabalho Escravo ao Trabalho Livre na Economia Cafeeira do E. Santo (1888-1929). Tese de mestrado apresentada na UFF, Niterói, 1985, p. 72-73.

5 - SIQUEIRA, Penha. O Desenvolvimento do Porto de Vitória - 1870-1940. FCAA-UFES, 1984, p. 171.

6 - SILVA, Marta Zorzal. Espírito Santo: Estado, Interesses e Poder. Tese de mestrado apresentada na FGV, R.J., 1<sup>o</sup> V., 1986, p. 52.

7 - Ibid., p. 56.

8 - SALETTO, Nara. Op. cit., p. 101.

9 - SILVA, Marta Zorzal. op. cit., p. 53-54.

10 - SIQUEIRA, Penha. op. cit., p. 78.

11 - Ibid., p. 78.

BITTENCOURT, Gabriel. Esforço Industrial na República do Café: O Caso do Espírito Santo 1889/1930. FCAA/UFES, 1982, Vitória, p. 121.

12 - SIQUEIRA, Penha. op. cit., p. 79.

13 - Ibid., p. 81.

14 - Ibid., p. 94

15 - Ibid., p. 67.

16 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo, em 1894, p. 4.

17 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz Freire apresenda ao Congresso Legislativo, em 16 de setembro de 1893, p. 9.

18 - SALETTO, Nara. Considerações Sobre a Transição do Trabalho Escravo ao Trabalho Livre na Economia Cafeeira do E. Santo (1889-1929). Tese de mestrado apresentada na UFF, em Niterói, 1985, p. 136.

19 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo, em 16 de setembro de 1893, p. 10.

20 - OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. 2<sup>o</sup> ed., Vitória, 1975, p. 413.

21- Ibid., p. 414 e 415.

22 - Relatório do Eng<sup>o</sup> Francisco Saturnino de Brito, chefe da Comissão de Melhoramentos de Vitória, apresentado ao Presidente do Estado José de Carvalho Muniz Freire. 1896, p. 10 e 15.

23 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo, em 17 de setembro de 1894, p. 65

24 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo, em 23 de maio de 1896, p. 17.

25 - Ibid., p. 80.

- 26 - Ibid., Ibid.
- 27 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz freire apresentada ao Congresso Legislativo, em 1894, p. 16.
- 28 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz freire apresentada ao Congresso Legislativo, em 23 de maio de 1896, p. 82.
- 29 - Ibid., Ibid.
- 30 - JORNAL COMÉRCIO DO ESPRITO SANTO - Vitória, de 31 de março de 1893.
- 31 - Ibid., Vitória, 18 de agosto de 1892.  
Ibid., Vitória, 10 de março de 1893.
- 32 - ELTON, Elmo. Um Registro Histórico e Poético dos Encantos da Vitória Antiga, in revista do Instituto Jones dos Santos Neves, nº 3, Julho/setembro de 1895, Vitória, p. 32.
- 33 - Ibid., Ibid.
- 34 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo, Em 23 de maio de 1896, p. 78.
- 35 - JORNAL DO COMÉRCIO DO ESPRITO SANTO - Vitória, 1º a 31 de agosto de 1892.
- 36 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo, em 23 de maio de 1896, p. 78.
- 37 - Ibid., p. 79.
- 38 - BITTENCOURT, Gabriel. Esforço Industrial na República do café: O caso do Espírito Santo 1888/1930. FCAA/UFES. Vitória, 1982, p. 73. Retirado da Mensagem do Presidente Jerônimo Monteiro de 1908, p. 203.
- 39 - Mensagem do Presidente José de carvalho Muniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo, em 23 de maio de 1896, p.79.
- 40 - BITTENCOURT, Gabriel. op. cit. p. 73 e 74.
- 41 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo, em 23 de maio de 1896, p. 160.
- 42 - FIGUEIREDO, Carlos P. de. Breve Notícia do Estado Financeiro das Províncias, apud. Projeto de Pesquisa da aluna Lúcia Bonfim Pacheco.
- 43 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso legislativo, em 02 de outubro de 1902, p. 6.
- 44 - Mensagem do Vice-Presidente Constante Gomes Sodré apresentada ao Congresso Legislativo, em 15 de setembro de 1897, p. 7.
- 45 - Mensagem do Presidente Graciano Santos Neves apresentada ao Congresso Legislativo, em 22 de setembro de 1896, p. 9 e 75, 76.
- 46 - Mensagem do Vice-Presidente Constante Gomes Sodré apresentada ao Congresso Legislativo, em 15 de setembro de 1897, p. 4.
- 47 - Mensagem do Presidente José Marcelino P. Vasconcelos apresentada ao Congresso Legislativo, em 07 de setembro de 1898, p. 10.
- 48 - Mensagem do Presidente Graciano dos Santos Neves apresentada ao Congresso Legislativo, em 22 de setembro de 1896, p.13.
- 49 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz Freire apresentada ao Congresso Legislativo, em 22 de setembro de

1903, p. 7.

50 - Mensagem do Presidente José de Carvalho Moniz freire apresentada ao Congresso Legislativo, em 02 de outubro de 1902, p. 21.

51 - Mensagem do Presidente Henrique da Silva Coutinho apresentada ao Congresso Legislativo, em 07 de setembro de 1907, p. 16.

52 - Mensagem do Presidente Henrique da Silva Coutinho apresentada ao Congresso Legislativo, em 07 de setembro de 1904, p. 10.

53 - Mensagem do Presidente Henrique da Silva Coutinho apresentada ao Congresso Legislativo, em 11 de setembro de 1905, p. 7.

54 - Mensagem do Presidente Henrique da Silva Coutinho apresentada ao Congresso Legislativo, em 09 de outubro de 1906, p. 24.

55 - Mensagem do Presidente Henrique da Silva Coutinho apresentada ao Congresso Legislativo, em 07 de setembro de 1904, p. 22.

56 - Mensagem do Presidente Henrique da Silva Coutinho apresentada ao Congresso Legislativo, em 11 de setembro de 1905, p. 10.

57 - Mensagem Final do Presidente Henrique da Silva Coutinho, 1904-1908, p. 9 e 10.

58 - Mensagem do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro apresentada ao Congresso legislativo, em 24 de setembro de 1908, p. 36 e 37.

59 - Mensagem Final do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro, 1908-1912, p. 487.

60 - Mensagem do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro apresentada ao Congresso Legislativo, em 24 de setembro de 1908, p. 32.

61 - Ibid, p. 33.

62 - Mensagem Final do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro, 1908-1912, p. 487.

63 - BITTENCOURT, Gabriel. Esforço Industrial na república do Café: O Caso do Espírito Santo 1889/1930. FCAA/UFES, 1982. Vitória, p.74 e 75. retirado da Exposição dos Negócios do Estado por Jerônimo Monteiro, em 1912.

64 - ELTON, Elmo. Um registro Histórico e Poético dos Encantos da Vitória Antiga, in Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, julho-setembro, 1985, Vitória, p. 33. O trabalho não esclarece exatamente de onde foi tirada a citação, mas o autor se refere ao período de Jerônimo Monteiro.

65 - Mensagem Final do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro, 1908-1912, p. 203.

66 - Ibid, p. 203 e 204.

Mensagem do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro, apresentada ao Congresso Legislativo, em 24 de dezembro de 1908, p. 25.

67 - Mensagem Final do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro, 1908-1912, p. 204.

68 - Ibid, p. 205.

69 - Ibid, Ibid.

70 - Ibid, p. 206.

71 - Ibid, Ibid.

- 72 - Canal que leva as águas de um manancial para o reservatório.
- 73 - O lado da nascente em relação ao rio.
- 74 - Relatório Apresentado ao Presidente Jerônimo de Souza Monteiro pelo Diretor de Agricultura, Terras e Obras Dr. Antonio Francisco Athayde, em 30 de julho de 1911, p. 29.
- 75 - Mensagem Final do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro, 1908-1912, p. 206 e 207.
- 76 - Relatório Apresentado ao Presidente Jerônimo de Souza Monteiro pelo Diretor de Agricultura, Terras e Obras Dr. Antonio Francisco Athayde, em 30 de julho de 1911, p. 29.
- 77 - Mensagem Final do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro, 1908-1912, p. 207.
- 78 - Ibid, Ibid.
- 79 - Ibid, p. 239.
- 80 - Ibid, Ibid.
- 81 - Relatório Apresentado ao Presidente Jerônimo de Souza Monteiro pelo Diretor de agricultura, Terras e Obras Dr. Antonio Francisco Athayde, em 30 de julho de 1911, p. 30.
- 82 - Seção de tubo de dupla curvatura ou com forma de "U" que, intercalado entre pias, bacias de privadas, etc. e o cano de esgoto, conserva-se cheio de água e impede que se suba o mau cheiro.
- 83 - Mensagem Final do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro, 1908-1912, p. 239.
- 84 - Ibid, Ibid.
- 85 - Ibid, p. 227.
- 86 - Mensagem do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro Apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de setembro de 1909, p. 18.
- 87 - Mensagem Final do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro, 1908- 1912, p. 227
- 88 - Ibid, Ibid.
- 89 - Ibid, Ibid.
- Relatório Apresentado ao Presidente Jerônimo de Souza Monteiro pelo Diretor da Viação de Obras Públicas Dr. Ceciliano Abel de Almeida, em 30 de julho de 1909, p. 22.
- 90 - BITTENCOURT, Gabriel. op. cit., p. 49 e 50.
- 91 - Relatório Apresentado ao Presidente Marcondes Alves de Souza pelo Dr. José Bernardino Alves Jr., Secretário Geral, em 30 de agosto de 1914, p. 63.
- 92 - Mensagem Final do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro, 1908- 1912, p. 227.
- 93 - Mensagem do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro Apresentada ao Congresso Legislativo, em 23 de setembro de 1910, p. 14 e 15.
- 94 - Relatório Apresentado ao Presidente Jerônimo de Souza Monteiro pelo Diretor de Agricultura, Terra e Obras Dr. Antonio Francisco Athayde, em 30 de julho de 1911, p. 30.
- 95 - Mensagem do Presidente Jerônimo de Souza Monteiro Apresentada ao Congresso Legislativo, em 03 de outubro de 1911, p. 29.
- 96 - SIQUEIRA, Penha. O desenvolvimento do Porto de Vitória, 1870-1940, FCAA/UFES, 1984, p. 79. Extraído de Araújo Filho - O porto de Vitória, p. 69.